# A representação do personagem mulato na ficção barretiana

Bianca Aguiar Melo [2]

**Resumo:** A presente abordagem faz menção a uma análise da representação do personagem mulato Isaías Caminha da obra *Recordações do Escrivão Isaías Caminha* e Augusto Machado de *Vida e Morte de M. J. Gonzaga de Sá*, de Lima Barreto sob a perspectiva sociológica que preconiza a tese inter-relativa entre literatura e sociedade. Objetiva-se tecer uma análise levando em consideração a representatividade do personagem mulato na ficção brasileira do século XIX até o século XX. Como suporte teórico utilizou-se a teoria sociológica e teses de críticos literários que enfatizam a relevância da função social da literatura para denunciar e criticar os problemas presente na sociedade e de teóricos que realizam um diálogo acerca das pseudociências e estereótipos criados em relação ao negro. O recurso metodológico empregado na pesquisa foi de cunho bibliográfico, através de estudos de textos críticos e das obras supracitadas procurou-se mostrar o engajamento de Lima Barreto nas causas sociais e políticas que deixa nítido, a preocupação do autor de revelar o preconceito racial e social exacerbado da sociedade arrivista pelos negros, pelos mulatos e pelas classes desfavorecidas. Em suma, a literatura militante desenvolvida nas obras barretianas *Recordações do Escrivão Isaías Caminha* e *Vida e Morte de M. J. Gonzaga de Sá* são decorrentes da situação histórica vivida pelo país durante a instauração do governo provisório republicano e da necessidade do autor em expressar sua realidade social.

**Palavras-Chave**: Preconceito racial e social, negro e mulato e sociedade.

**Abstract:** The present approach refers to an analysis of the representation of the mulatto character Isaías Caminha of the work *Recordações do Escrivão Isaías Caminha* e Augusto Machado of *Vida e Morte de M. J. Gonzaga de Sá*, of Lima Barreto under the sociological perspective that preconize the thesis relationship between literature and society. It aims to analyze into consideration the representation of the back character in the Brazilian fiction from nineteenth century until the twentieth century. Like theoretical support was used the sociological theory and thesis of critical literary that they emphasize the relevance of the social function of literature for to expose and to criticize the present problems in the society and of authors makes a discussion about many pseudosciences and stereotypes created in relation to black people. The resource methodological employee in the research was bibliographical through of analyses of critical texts and of the mentioned works it tried to show the Lima's engagement in social and political causes. He makes it clear his concern with the racial and social prejudice of the elitist society for the blacks, mulattos people and for the unfavorable classes. However, the militant literature develops in the barretianas works *Recordações do Escrivão Isaías Caminha* and *Vida e Morte de M. J. Gonzaga de Sá* are results of historic situation lived for country during the instauration of the provisional republican government and of the necessity of author expresses his social reality.

**Key-words:** Racial and social prejudice, black and mulatto and society.

---

[1] Artigo desenvolvido como requisito parcial e obrigatório para obtenção do grau de Licenciado em Letras, sob orientação da professora Mestra Joanna da Silva, a ser defendido como Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), sob a coordenação da professora Joanna da Silva, do Curso de Letras do Instituto de Educação, Agricultura e Ambiente da Universidade Federal do Amazonas.

[2] Acadêmica do 8º período do curso de Letras do IEAA da Universidade Federal do Amazonas – UFAM

## 1. Introdução

O presente trabalho analisará a representação do personagem mulato nas obras de Lima Barreto, *Recordações do Escrivão Isaías Caminha* e *Vida e Morte de M. J. Gonzaga de Sá*[3] no intuito de descrever o estilo de vida que foi outorgado ao negro e ao mulato na sociedade da primeira república, de compreender a ideologia da democracia racial da elite branca predominante durante esse período, de conhecer introspectivamente o relato de uma vítima do preconceito racial e de identificar os empecilhos traçados a um jovem mulato intelectual no meio social opressor e excludente.

Para isto, faz-se uma retomada do período literário desde o Romantismo para mostrar a posição secundária assumida pelos negros e mulatos na ficção brasileira e as características atribuídas a esses personagens pautada na concepção descritiva, animalesca e subalterna. Tecendo também sobre, a relevância da população negra para a formação étnica e cultural da nação brasileira e problematizando a escolha dos escritores românticos pela figura indígena, cabocla e sertaneja, como símbolo de brasilidade e regionalismo.

Faz-se mister o esboço do contexto histórico da primeira república, dos dados bibliográficos do autor Lima Barreto e do contexto de produção das obras supracitadas para apresentar as principais transformações nos setores da sociedade, o drama pessoal e familiar vivido por Lima Barreto, os desafios de publicação e o processo de amadurecimento literário barretiano que concedeu ao autor o ápice, a glória e o reconhecimento no meio literário.

Ancorado na teoria literária sociológica que analisa a inter-relação entre a literatura e a sociedade e em teses de críticos que tematizam a função da literatura para denunciar os problemas presentes na sociedade mostrar-se-á à ideologia racista que fora instaurada na primeira república, os quesitos que o negro e o mulato deveriam apresentar para ocupar uma posição digna no meio social e as estratégias governamentais para falsear a faceta preconceituosa das autoridades. E em pressupostos teóricos que mostram as pseudociências e estereótipos criado pelo colonizador sobre a figura branca e negra que reforçam a capacidade de comando do branco, em contraste, com a subalternidade do negro.

A metodologia empregada foi uma pesquisa bibliográfica de cunho qualitativo que contemplou os postulados teóricos como: Candido (1989), (2006), Magnoli (2009), Munanga

[3] Para evitar repetições exaustivas, no *corpus* do texto, as referências aos romances de títulos extensos serão as seguintes: *Recordações (Recordações do Escrivão Isaías Caminha);* e *Vida e Morte* (*Vida e Morte de M. J. Gonzaga de Sá).*

(1988), Scheffel (2012), Sevcenko (1999), Taguieff (2001). Segundo esses críticos e estudiosos, a literatura sempre desempenhou uma função relevante na denúncia e na representação da realidade social e advertem que o negro sempre assumiu uma posição de agregado, por isso serão utilizados trechos dos romances *Recordações* e *Vida e Morte* para comprovar a condição de vida degradante dos mulatos e o entrave colocado ao jovem intelectual mulato pelo sistema democrático que almejava a afluência social.

A supramencionada temática originou-se de uma pesquisa de Iniciação Científica do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Cientifica (PIBIC), sob a orientação do Professor Doutor Marcos Vinícius Scheffel. O projeto teve a duração de um ano (de agosto de 2012 a agosto de 2013), tendo a Fapeam como órgão de fomento. Em virtude da curta duração do projeto, alguns aspectos tidos como relevantes foram abordados superficialmente, por esse motivo, fez-se necessário a retomada desse estudo para o desenvolvimento pleno da abordagem.

## 2. Contexto Histórico e político da primeira fase republicana

Ao analisar o preconceito racial nas obras barretianas é necessário tecer o panorama histórico e político do período republicano para compreender a repulsa do autor Lima Barreto pelo novo regime político, e a sua literatura militante engajada em denunciar os problemas existentes na sociedade em que vivia.

Com o advento da Proclamação da República, a cidade do Rio de Janeiro passou por inúmeras transformações de cunho social, econômico, ideológico, cultural e político, principalmente no que concerne, as mudanças quantitativas ocasionadas pelo processo crescente de imigração. Nicolau Sevcenko, na obra *Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República*, argumenta que, "Assim, a maior cidade brasileira veria sua população no período de 1890 a 1900 passar de 522 651 habitantes para 691 565, numa escala impressionante de 33% de crescimento (3% ao ano!) [...]" (SEVCENKO: 1999, p. 52).

Os imigrantes embevecidos com as propostas de trabalho divulgadas no exterior pelo governo brasileiro imigraram para o Brasil em busca de trabalho, melhores condições de vida e da realização do sonho utópico de enriquecimento rápido. Cabe ressaltar, que os imigrantes

exerceram influência significativa nas mudanças culturais e sociais do país principalmente, nas regiões sul e sudeste.

Essa foi a principal medida adotada pelo governo provisório de substituir a mão-de-obra escrava pela mão-de-obra assalariada e de desvalorizar o novo status de trabalhador livre da população negra. A justificativa implausível apresentada pela sociedade cosmopolita era de que o negro era incapaz de se adequar ao sistema industrial e de desenvolver um trabalho de qualidade devido à falta de "mentalidade". Nota-se que os negros foram tolhidos de exercer o direito concedido e ao mesmo tempo, usurpados pela República, e novamente foram vítimas do preconceito racial. Dentro dessa perspectiva, o escritor Júlio José Chiavenato em *O negro no Brasil*, observa que:

> [...] Esmagados pela herança da escravidão, os negros não constituíram uma força produtora significativa e não se definiram como classe trabalhadora. Ironicamente o negro perdeu importância ao se transformar em homem livre: não conseguiu a emancipação política nem atingiu o estágio de trabalhador engajado nas novas formas de produção que surgiram no país [...] A sociedade racista admitia o negro como escravo; para o trabalho livre trouxe europeus, alegando que os negros não tinham "mentalidade" para se integrarem aos modos de produção modernos (CHIAVENATO: 2012, p. 208 e 209).

Os primeiros governos republicanos manifestaram o desejo unânime de modernizar a cidade do Rio de Janeiro e transformá-la no símbolo de progresso e referência. O Barão Rio Branco, ministro das Relações Exteriores, em 1902, foi incumbido de promover as reformas urbanísticas da cidade. As obras envolveram construções, alargamentos de ruas do centro, saneamento básico e demolição de edifícios antigos da cidade. Os moradores que residiam nesses espaços foram retirados e deslocaram-se para os morros do centro da cidade ou do subúrbio, passando a viver em barracões numa condição de vida deplorável e degradante. A visão idealística do governo de branquificar a população brasileira representou um pensamento calcado na discriminação pelas "raízes obscuras do país". Para José Murilo de Carvalho, no livro *Os bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi*, o Brasil multirracial e multicultural era sinônimo de desdenho e de penúria:

> No Rio reformado circulava o mundo *belle-époque* fascinado com a Europa, envergonhado do Brasil, em particular do Brasil pobre e do Brasil negro. Era o mundo do barão Rio Branco, ministro das Relações Exteriores do presidente que promoveu as reformas. O mesmo barão que na juventude tinha sido capoeira e que agora se esforçava em oferecer à visão do estrangeiro um Brasil branco, europeizado, civilizado (CARVALHO: 1987, p. 41).

Para Bilac (2005), durante esse processo de urbanização da cidade carioca o governo "estabeleceu leis rigorosas para as construções" dos novos edifícios e organizou o "concurso de fachadas" para apresentação de projetos arquitetônicos criativos, modernos e que privilegiassem a arquitetura europeia. Em decorrência, dessa nova concepção estética das autoridades, os mestre-de-obras que desenvolviam trabalhos arraigados aos moldes tradicionais e que não tinham formação acadêmica foram automaticamente substituídos por profissionais inovadores e especializados na área. Destaca Nicolau Sevcenko (op. cit) que:

> O novo cenário suntuoso e grandiloquente exigia novos figurinos. Daí a campanha da imprensa, vitoriosa em pouco tempo, para a condenação do mestre-de-obras, elemento popular e responsável por praticamente toda a edificação urbana até aquele momento, que foi defrontado e vencido por novos arquitetos de formação acadêmica [...] (SEVCENKO: 1999, p. 31)

A corrente filosófica e científica que se intensificou acentuadamente durante esse período foi o Positivismo, que defendia a tese de raças inferiores (negros e mulatos) e superiores (brancos). Como consequência, dessa adoção quase imediata pelos setores médios da sociedade, o preconceito racial ganhou eco em um país que durante a Monarquia exportava negros para suprir a falta de mão-de-obra escrava e que agora marginalizava e considerava essa elite negra e mulata um retrocesso e empecilho para o desenvolvimento do país. Assim frisa Júlio José Chiavenato (op. cit):

> Depois da abolição, na visão racista das classes dominantes, era preciso "remover" os negros para promover o desenvolvimento. As classes dominantes viam nos negros o símbolo do atraso, confundindo o escravo com o sistema escravista, criando a ilusão de que as elites brancas não tinham responsabilidade sobre o passado (CHIAVENATO: 2012, p. 209 e 210).

O governo republicano instaurou algumas restrições à população brasileira proibindo qualquer manifestação de caráter popular e religioso. Até o carnaval teve que perder sua identidade própria e sofrer o processo de reconfiguração europeia para atender as exigências das autoridades. As fantasias e os comportamentos dos foliões foram monitorados rigorosamente pelo governo para evitar atos "deselegantes e impróprios". É o que afirma Nicolau Sevcenko (op. cit) acerca dessa remodelação cultural no trecho a seguir:

> [...] Aparece, pois como natural, a proibição das festas de Judas e do Bumba-meu-boi, os cerceamentos contra a festa da Glória e o combate policial a todas as formas de religiosidade popular: líderes messiânicos, curandeiros, feiticeiros etc. [...]
> O carnaval que se deseja é o da versão europeia, com arlequins, pierrôs e colombinas de emoções comedidas, daí o vitupério contra os cordões, os batuques, as pastorinhas e as fantasias populares preferidas: de índio e de cobra viva. As

> autoridades não demoraram a impor severas restrições às fantasias – principalmente de índio – e ao comportamento dos foliões – principalmente dos cordões [...] (SEVCENKO: 1999, p. 33)

Em decorrência de uma crise no setor econômico, uma nova Constituição inspirada nos moldes norte-americanos foi instituída na legislação brasileira. A Constituição de 1891 trouxe poucos avanços para o sistema civil e eleitoral, uma das novidades quase imperceptível faz menção à adoção do federalismo e presidencialismo, dos três poderes: Executivo, Legislativo e Judiciário, e à extinção do voto censitário, pautado na rede econômica, para a instituição do voto aberto aos homens com idade superior a 21 anos, quando no exercício da cidadania os eleitores eram coagidos a divulgar o candidato em que iam votar. É válido observar que, tanto o regime monárquico quanto o regime republicano implantaram leis jurídicas excludentes, uma baseada na renda anual, e a outra no analfabetismo. Sobre essas mudanças quase que tênues nas leis brasileiras, Júlio Murilo de Carvalho (op. cit) faz a seguinte ressalva:

> A liberdade de manifestação de pensamento, de reunião, de profissão, a garantia da propriedade, tudo isso era parte da Constituição de 1824. No que se refere aos direitos civis, pouco foi acrescentado pela Constituição de 1891. O mesmo se pode dizer dos direitos políticos. As inovações republicanas referentes à franquia eleitoral resumiram-se em eliminar a exigência de renda, mantendo a de alfabetização (CARVALHO: 1987, p. 43).

As mulheres, os analfabetos, os padres e os soldados continuaram exclusos do processo eleitoral na República, por isso, o percentual de eleitores que exerciam o direito político era apenas de 20%, um aumento sutil em um sistema político que se dizia democrático. Em tratando-se das considerações tecidas por José Murilo de Carvalho (op. cit) é relevante assinalar que: "A exclusão de 80% da população do direito político do voto já é um indicador do pouco que significou o novo regime em termos de ampliação da participação" (CARVALHO: 1987, p. 85).

Uma grande revolta popular caracterizou o período republicano, a Revolta da Vacina que ocorreu entre os dias 12 e 15 de novembro de 1904, na cidade do Rio de Janeiro. Devido à falta de saneamento básico, inúmeras epidemias surgiram durante esse período, como a varíola, à febre amarela e a peste bubônica. A fim de combater essas doenças o médico sanitarista Oswaldo Cruz pediu ao Presidente da República que outorgasse a lei da vacina obrigatória contra a varíola. A falta de informação e divulgação na imprensa da relevância da

vacina provocou na população indignação e revolta, e o protesto contra a efetivação dessa lei. Assim, essa tensão social justifica-se pois, segundo José Murilo de Carvalho (op. cit):

> A explicação mais óbvia é, naturalmente, que o motivo da revolta foi à obrigatoriedade da vacina. Há evidência da grande irritação popular com a atuação do governo na área da saúde publica, de modo especial no que se refere à vistoria e desinfecção das casas. As charges dos jornais e revistas documentam amplamente a critica a essas atividades (CARVALHO: 1987, p. 130).

A não aderência da sociedade a essa medida do governo pautou-se no principio de violação dos valores morais, éticos e do direito do livre arbítrio do cidadão. Consoante José Murilo de Carvalho (op. cit): "Buscou-se então explorar a idéia da invasão do lar e da ofensa à honra do chefe de família ausente ao obrigarem suas filhas e mulher a se desnudarem perante estranhos" (CARVALHO: 1987, p. 131).

A infração do direito de liberdade individual pelo governo deixa claro a nulidade das leis brasileiras e a incoerência do que era preconizado teoricamente, e do que era aplicado na prática. A atuação ilegal e irregular corrobora para confirmar o abuso de autoridade e o uso de violência na inspeção das casas e na aplicação da vacina. Ainda em reflexão a essa ação governamental, assinala José Murilo de Carvalho (op. cit):

> A referência à República é significativa. Estava sendo violado um direito que o sistema republicano deveria, por sua própria essência, resguardar. Ao não fazê-lo, ao violá-lo abertamente, o governo colocava-se contra seus próprios princípios, colocava-se na ilegitimidade e na ilegalidade, tornando então justificável e justificando o recurso à força (CARVALHO: 1987, p. 137).

Os manifestantes foram às ruas para protestar contra a aplicabilidade da "Vacina Obrigatória" e durante os três dias de manifestação ocorreram atos de vandalismo como: quebras de combustores, de vidraças, incêndios de bondes, destruição de calçamento das ruas, de trilhos etc. O combate violento das tropas da polícia, do Exército e da Marinha aos revoltosos provocou a morte, o ferimento de dezenas de pessoas, a prisão e o exílio para o Acre de centenas de participantes da Revolta.

Contudo, a Primeira República na cidade do Rio de Janeiro foi marcada pela imposição de valores europeus, modernos, civilizatórios à população, pela incongruência política e pelo desrespeito as camadas populares que foram vítimas da hostilidade e do menosprezo de uma ideologia pautada na discriminação racial e social.

## 2.1 Dados bibliográficos do autor Lima Barreto

Afonso Henriques de Lima Barreto nasceu no dia 13 de maio de 1881, na cidade do Rio de Janeiro e faleceu em 1922, vítima de colapso cardíaco. Filho de João Henriques de Lima Barreto e Amália Augusta, ambos "mulatos" e de classe média baixa teve acesso a uma instrução primária e secundária privilegiada no colégio Liceu Popular.

Concluindo o Liceu, Lima Barreto passa pelo processo de realização dos exames preparatórios para o ingresso no curso superior, no Ginásio Nacional, e simultaneamente, realiza os exames vestibulares para a Escola Politécnica. Torna-se estudante de engenharia civil na Escola Politécnica em 1897. É nesse ambiente opressor e asfixiante que Lima Barreto conhece as injustiças sociais e o preconceito racial. Vítima de humilhações recorrentes, ele apresenta um latente sofrimento pela convivência constrangedora com colegas da classe média alta, que desconheciam os problemas sociais que permeiam o cenário de um ente pobre.

Em 1902, João Henriques enlouquece subitamente e cabe a Lima Barreto a responsabilidade de cuidar e de administrar uma numerosa família. Diante dessa tenebrosa situação, Lima Barreto toma duas providências: a primeira foi abandonar a Escola Politécnica e a segunda foi prestar concurso para escrevente. Consegue a vaga tão almejada de escrevente em 1903, na Secretária da Guerra, ocupando o cargo até 1918, quando se aposenta precocemente por motivos de saúde. Vítima de depressão e de crises de loucura ocasionadas pelo alcoolismo é internado duas vezes no Hospício Nacional.

Lima Barreto exerceu a função de jornalista, romancista, contista e cronista. Nicolau Sevcenko (op. cit) afirma que: " [...] Os processos literários com que desenvolve esses gêneros correspondem à narrativa caracterizada pela combinação simultânea de gêneros, estéticas e estilos, à rejeição de artifícios retóricos, à linguagem comum e descuidada [...]" (SEVCENKO: 1999, p. 164). Essas características linguísticas da escrita barretiana mostram a oposição ao purismo estético linguístico e ao academismo preconizada pelos escritores parnasianos, e a condição marginal de Lima Barreto no meio literário carioca.

Escritor militante denunciou o preconceito racial e as intransigências cometidas pelas elites e focalizou seu olhar crítico para a população pobre e miscigenada do subúrbio. Suas

principais obras ficcionais são: *Recordações do Escrivão Isaías Caminha*[4] (1909), *Triste Fim de Policarpo Quaresma* (1915), *Numa e Ninfa* (1915), *Vida e Morte de M. J. Gonzaga de Sá*[5] (1919), *Os Bruzundangas* (1923), *Os Bagatelas* (1923) e *Clara dos Anjos* (publicação póstuma, em 1948).

Portanto, o sucinto esboço apresentado baseou-se no relato bibliográfico da obra *A Vida de Lima Barreto*, de Francisco Assis Barbosa, no intuito de mostrar o percurso, a técnica de escrita e as principais produções ficcionais do autor Lima Barreto.

## 2.2 Preconceito Racial e a Teoria Positivista

A literatura, desde o seu início, sempre esteve ligada às relações e práticas sociais. Ela exerceu desde os tempos remotos até a contemporaneidade a função social de representação da realidade socioeconômica, ideológica, histórica e política de uma sociedade. Consoante à crítica sociológica, a escrita e o teor literário passam pelo processo de mutabilidade à medida que a sociedade transforma-se, mas o desígnio literário de apresentar e denunciar a realidade social continua sendo imutável, conforme afirma o crítico literário Antonio Candido em seu trabalho *Literatura e Sociedade*: "[...] naquelas sociedades o sentimento estético pode ser determinado por fatores diferentes dos que o condicionam entre nós, ligando-se estreitamente aos meios de vida, à organização social, e representando uma nítida sublimação de normas, valores e tradição" (CANDIDO, 2006, p. 65).

É sob essa ótica literária, de que a literatura desempenha um papel primordial na tematização dos problemas da sociedade, que cada autor cria seu próprio estilo literário, delimitando características e objetivos. Esse processo de delineação de princípios literários também ocorreu com a criação ficcional barretiana no que concerne ao desenvolvimento de um estilo simples e direto, de temáticas que problematizassem os sofrimentos humanos e as questões sociais, principalmente das classes menos favorecidas, que eram vítimas da opressão dentro da moderna organização social e econômica, pois Lima Barreto acreditava que a

[4] A obra *Recordações do Escrivão Isaías Camina*, de autoria de Lima Barreto teve sua primeira edição publicada em 1909. Entretanto, as citações contidas neste trabalho são da 1ª. edição revisada, publicada em 2010 pela editora Penguin &Companhia das Letras.

[5] A obra *Vida e Morte de M. J. Gonzaga de Sá*, de autoria de Lima Barreto teve sua primeira edição publicada em 1919. Entretanto, as citações contidas neste trabalho são da 1ª. edição revisada, publicada em 1997 pela editora Ática.

literatura tinha a missão de conscientizar e alertar a população da situação de exploração e de manipulação a que eram submetidas. É sob este prisma que Antonio Candido em seu texto *A Educação pela Noite & Outros Ensaios* elucida que:

> Para Lima Barreto a literatura devia ter alguns requisitos indispensáveis. Antes de mais nada, ser sincera, isto é, transmitir diretamente o sentimento e as ideias do escritor, da maneira mais clara e simples possível. Devia também dar destaque aos problemas humanos em geral e aos sociais em particular, focalizando os que são fermento de drama, desajustamento, incompreensão. Isto, porque no seu modo de entender ela tem a missão de contribuir para libertar o homem e melhorar a sua convivência (CANDIDO: 1989, p.39).

Nesse sentido, Lima Barreto, proscrevendo o pensamento depreciativo operante no seu meio social, combateu ferrenhamente o preconceito racial contra negros e mulatos através de sua literatura militante. Nota-se que o racismo é uma prática desumana que esteve engendrada em diversos contextos históricos e sociais e ainda na sociedade contemporânea apresenta marcas indeléveis na mentalidade em formação. É inadmissível que, apesar de toda a progressão, o homem ainda apresente um comportamento tão retrógrado em relação a autonegação do sujeito negro. A discriminação racial não desapareceu, infelizmente é um ato que ganha frequentemente múltiplas concepções e facetas, procedendo-se assim numa visão metamorfoseada. Afirmar que os entes de cor nunca sofreram nenhuma espécime de preconceito é acreditar em uma crença utópica, pois o racismo faz-se muito presente na realidade atual, em alguns contextos quase que imperceptíveis ou camuflados mas, no entanto, impregnado no cotidiano e nas atitudes humanas. Acerca dessa temática ressalta Pierre André Taguieff em seu artigo *In Debate Feminista*:

> Pese a medio siglo de condena unánime, el racismo no ha desaparecido. Se ha metamorfoseado, al punto de ser en ocasiones irreconocible. Se planetarizó en muchos sentidos. Por lo mismo, tomó un aire de banal normalidad. Su especificidad escandalosa y fuerte, ligada a situaciones de excepción muy visibles, pareciera haberse borrado. Diluido. Identificado un poco por todos lados, en toda pasión negativa (odio, desprecio, resentimiento), en toda desdiscriminación y en toda forma de exclusión, en todo exterminio de masa – interpretadas espontáneamente como "genocidio", por lo tanto, como realización planificada de un programa político racista – el racismo se ha convertido en un término conceptualmente vago, que da La impresión de formar parte Del paisaje […] (TAGUIEFF: 2001, p. 03)

Nota-se que o ser humano, enquanto ser administrador de todas as espécies usa de todos os subterfúgios para estabelecer uma estruturação de raças que se molda na autodenominação de raça superior e de raça inferior. Esse protótipo de classificação divide as pessoas por seu status social, pela pigmentação de sua cor de pele, pela sapiência, etc. A

humanidade apresenta esse perfil preconceituoso desde os primórdios, tendo como principal representante dessas teorias classificatórias a do filósofo grego Aristóteles. A esse respeito, salienta Demétrio Magnoli na obra *Uma gota de sangue: história do pensamento racial* que:

> Classificar é colocar os objetos – ou as idéias – em ordem. A humanidade classifica desde os tempos mais remotos. As regras gerais de classificação, expostas por Aristóteles, são as mais conhecidas por todos. Uma: os itens devem ser reunidos em clases as mais homogenias possíveis. Duas: cada novo item específico deve ser agrupado à classe com a qual compartilha o maior número de atributos. Três: um novo ítem com atributos muito diferentes de todos os demais deve originar uma nova clase. (MAGNOLI: 2009, p. 19)

Ao que tudo indica, essa instauração de teorias de raças ocorre desde o final do século XVII. A partir de então, novos estudos foram realizados e novas nomenclaturas foram desenvolvidas para dar veracidade a divisão de raças. Cada pesquisa revela novas categorias de pigmentação de cor e deixa nítido que essa diversidade racial é oriunda do processo de miscigenação. Segundo Demétrio Magnoli (op. cit): "Cem anos mais tarde, partindo de análises craniométricas, o médico alemão Johann Friedrich Blumenbach propôs uma divisão dos seres humanos nas raças caucasóide (branca), mongolóide (amarela), malaia (marrom), etiópia (negra) e americana (vermelha) [...]" (MAGNOLI: 2009, p. 21)

Entende-se que inúmeros são os critérios para classificar uma dada raça em superior ou inferior, e um deles está atrelado a concepção etnocêntrica. A hierarquização uma vez estabelecida apresenta peculiaridades ou especificidades concernentes a cada povo para enaltecer ou menosprezar determinadas raças humanas, a divisão realizada por Carolus Linnaeus ressalta características de cunho cognitivo de cada povo. A raça branca ocupa o primeiro patamar dessa pirâmide, pois trata-se de indivíduos sociáveis e com capacidades intelectuais inquestionáveis enquanto que, as demais raças não apresentam aptidão e requisitos para viverem em sociedade. Ainda mais em tratando-se do negro, representante uno da estirpe da subserviência, deveria ser uma raça isolada para não corromper a raça superior. Nesse sentido, destaca Demétrio Magnoli (op. cit) que:

> As primeiras teorias "cientificas" sobre a divisão da humanidade em raças ofereciam uma resposta a esse dilema de profundas implicações econômicas. Carolus Linnaeus, o pai da toxonomia biológica, sugeriu em meados do século XVIII uma divisão do *Homo Sapiens* em quatro raças, baseada na origem geográfica e na cor de pele: *Americanus*, *Asiaticus*, *Africanus* e *Europeanus*. Naturalmente, a raça *Europeanus* era constituída por indivíduos inteligentes, inventivos e gentis, enquanto que os índios americanos seriam teimosos e irritadiços, os asiáticos sofreriam com inatas dificuldades de concentração e os africanos não conseguiriam escapar à lassidão e à preguiça. Thomas Jefferson, nas *Notas sobre o estado da Virgínia*, de 1787, racionava que a "desafortunada diferença de cor, e talvez de

> talentos, é um poderoso obstáculo à emancipação" dos negros. Ele aguardava da ciência uma palavra conclusiva sobre as raças, mas preconizava que, quando libertos, os negros deveriam ser afastados "além do alcance da mistura". (MAGNOLI: 2009, p. 23-24)

A caracterização ou melhor, a desvalorização do negro não parte apenas de uma perspectiva teórica pautada na concepção de raça inferior, mas engloba também ações corriqueiras seja nas vociferações de expressões de baixo calão, de gestos, tornando-se quase que algo natural quando estes atos são praticados pela raça superior. O negro é estereotipado sob três óticas: inferior, incivilizado e sem caráter conforme afirma Kabengele Munanga, em *Negritude: Usos e sentidos* que:

> A forma não se revela o caráter de um indivíduo, como também o determina. Para Paul Broca, traços morfológicos, tais como o prognatismo, a cor da pele tendendo à escura, o cabelo crespo, estariam freqüentemente asociados à inferioridade, enquanto a pele clara, o cabelo liso e o rosto ortognato seriam atributos comuns aos povos mais elevados da espécie humana. Jamais uma nação de pele escura, cabelo crespo e rosto prognato chegará espontaneamente à civilização. Pescoço, nariz, pernas, dedos e órgãos sexuais do negro foram analisados e considerados provas de sua diminuição intelectual, moral, social, política etc. (MUNANGA: 1988, p. 20)

O olhar místico e etnocêntrico cultivado pelo colonizador de que o negro é um ente preguiçoso, malandro e aviltante resvala a dicotomia de que há raças que nasceram para governar e outras que nasceram para serem subalternas. Ao contrário, das críticas que pairam sobre a figura negra, a raça branca apresenta excessivos elogios no que tange aos quesitos de honestidade, de ascensão e de atividade. Se for realizada uma retomada ao passado, ver-se-á que o negro raramente exerceu cargos ou funções sociais de destaque na sociedade, pois sempre fora visto como um ser inconfiável, incapaz e retardado, e precisava ser policiado rispidamente para não cometer nenhum ato ilícito e fraudulento. É o que frisa Kabengele Munanga (op. cit):

> Com tais defeitos, não se pode confiar ao negro funções de responsabilidades ou postos de direção. Sendo deficiente, o negro deve ser protegido. Legitima-se o uso da polícia e de uma justiça severa diante de um retardado, com maus instintos de um ladrão. É preciso proteger-se das perigosas tolices de um irresponsável e defendê-lo de si mesmo. (MUNANGA: 1988, p. 22-23)

Durante a primeira república, a sociedade sobre o impacto de mudanças tão radicais em todos os setores públicos, desenvolve mecanismos de exclusão para amenizar o clima tumultuoso e restringir o acesso a determinados patamares e uma delas foi à imediata adesão da teoria positivista que defendia a tese de superioridade de raça. A principio, a divulgação da tese representou uma "atitude desesperadora do sistema vigente" mas, à medida que foi sendo

incorporada pelas elites que já cultivam ocultamente o preconceito tanto social quanto racial representou a "ideologia da democracia racial". É o que enfatiza Nicolau Sevcenko (op. cit):

> [...] Inevitalmente, as tais teorias de superioridade e inferioridade racial encontrariam pronta aceitação na sociedade local, de poucos recursos, onde a concorrência pelas oportunidades era tão dramática que qualquer forma de eliminação ou desmoralização de concorrentes era benvinda. Além do mais havia a herança da escravidão recente para ser contraposta a qualquer dúvida escrupulosa [...] (SEVCENKO: 1999, p. 174)

A implantação do Positivismo na sociedade brasileira gerou uma situação constrangedora para a população negra e mulata, reféns do preconceito exacerbado da classe dominante ficaram à margem do sistema democrático. Lima Barreto, o principal crítico e combatente da disseminação dessa teoria de raça revela a irracionalidade e a alienação desmensurada dos adeptos da ciência positivista, a ponto de esquecerem-se do quesito principal de que as raças inferiores são aquelas inaptas ao meio. Para justificar tamanha indignação e revolta barretiana que Marcos Vinícius Scheffel discorre acerca dessa emblemática questão, em *Estações de passagem da ficção de Lima Barreto*:

> Para Lima Barreto, a visão histórica do Positivismo não lhe era útil e devia ser combativa: por se tratar de um retrocesso na questão racial brasileira; por ter uma concepção formulista e esquemática da história que se resumiria à aplicação de regras universais, como a sobrevivência das raças mais preparadas, [...] por ter sido uma forma de pensamento incorporada como uma verdade inquestionável por setores emergentes, arrivistas e brancos da sociedade brasileira [...] que com isso queriam delimitar seu espaço na sociedade, evitando a ascensão social de negros e mulatos; por ter promovido uma série de reformas urbanísticas que visavam, como se fosse possível, ocultar o passado colonial do país [...] (SCHEFFEL: 2012, p. 60-61)

A aversão dos setores médios da sociedade pelos homens de cor, que impedia-os de galgarem lugares privilegiados na sociedade e obrigava-os a marginalidade, estava embasada, ainda que erroneamente, em uma teoria científica prestigiada. Além de serem discriminados racialmente e socialmente ainda eram vistos como um retrocesso, em um país que avançava rumo ao progresso e à modernidade. É o que assinala Marcos Vinícius Scheffel (op. cit): "[...] Cabe ressaltar que sempre houve preconceito contra negros e mulatos no Brasil, mas que a miscigenação racial, em meados do século XIX, não era apontada como *único* e *determinante* fator negativo pra o desenvolvimento do país [...]" (SCHEFFEL: 2012, p. 56)

Na sociedade *Belle Époque*, os negros assumiram uma posição de agregados e a pigmentação da cor era o estigma da mazela, do martírio, da subalternidade. Essa situação de desprestígio moral e social foi agravada com as medidas governamentais de branquificar a

nação brasileira. E o mulato, símbolo da mestiçagem e da raça intermediária, apresentava o complexo de cor e ansiava o ingresso na sociedade elitista. Segundo Júlio José Chiavenato (op. cit): "[...] Negro passou a ser marca, sinal de inferioridade que aumentou na medida do embranquecimento do país, aviltando homens e mulheres "de cor" e aumentando o número de mulatos que aspiravam à branquidão" (CHIAVENATO: 2012, p. 226).

Nas palavras de Kabengele Munanga, em *Rediscutindo a mestiçagem no Brasil*, a visão estereotipada e reducionista que é direcionada ao "mulato" na sociedade brasileira de que apresenta uma forte convergência para a "malandragem" e para a "sexualidade exasperada", mostra que as relações amorosas tornam-se mais afáveis para os mulatos e que a probabilidade de afluência social é maior em relação aos negros. É o que comenta Kabengele Munanga (op. cit) no fragmento abaixo:

> Os defensores do branqueamento progressivo da população brasileira viam na mestiçagem o primeiro degrau nessa escala. Concentraram nela as esperanças de conjurar a ameaça racial representada pelos negros. Viram-na como marco que assimila o início da aniquilação da raça negra no Brasil. Embora considerado como ponte étnica entre o negro e o branco, a qual conduziria á salvação da raça branca, o mulato não goza de um *status* social diferente do negro. Se durante a escravidão os mulatos puderam receber alguns tratamentos privilegiados em relação aos negros, por terem sido filhos de senhores de engenho, hoje eles são na sua grande maioria filhos e filhas de pais e mães da classe pobre e, portanto, constituem-se na maior vítima da discriminação racial, devida à ambigüidade cor/classe; além de serem mais numerosos que os negros (MUNANGA, 1999, p. 93-94).

Na sociedade republicana não havia distinção entre negro e mulato, ambos assumiam o mesmo patamar de inferioridade e representavam um anacronismo para o país, porém faz-se relevante ressaltar, a definição do termo mulato. Segundo a Enciclopédia livre a designação de mulato é oriunda do latim *mulus*, a mula é o produto resultante do cruzamento do cavalo com burra, ou do jumento com a égua, e apresenta como estigma biológico e social o estereótipo de degenerado e incapaz mentalmente. Pelo fato de as obras *Recordações* e *Vida e Morte* narrarem o percurso de dois mulatos no meio social republicano, a presente abordagem terá como enfoque a condição de vida legitimada a essa raça durante esse período.

A hierarquia racial representava uma barreira intransponível, mas o governo, para camuflar o preconceito racial, criou estratégias de ascensão social e de branqueamento para as raças consideradas "inferiores". De acordo com Júlio José Chiavenato (op. cit): "[...] Os negros sobem na escala social quando se casam com os mulatos e os mulatos tomam *status* de branco ao se infiltrarem nas famílias brancas: é a fórmula mágica criada pelo sistema e que serve para condicionar politicamente os negros" (CHIAVENATO: 2012, p. 226).

Outra maneira, de adquirir uma condição digna e igualitária pelos negros e mulatos na sociedade arrivista era desempenhar cargos de reconhecimento social, apresentar título de doutor, trajes elegantes, já que a estética e o poder aquisitivo eram preceitos que regiam o novo regime político. Com relação a essa situação um tanto dramática comenta Nicolau Sevcenko (op. cit):

> É por demais evidente que se todas as considerações recaíssem sobre as aparências e convenções exteriores, o fenótipo seria um elemento de alta relevância para distinguir os homens e definir o seu papel no interior da sociedade. E de fato, a pigmentação e o tipo físico eram dados primordiais e decisivos, se não fossem compensados por títulos, papéis, objetos e quaisquer outros símbolos [...] (p. 180).

Vale frisar, que a teoria positivista só despertou um pensamento preconceituoso que já era mantido ocultamente pela sociedade branco, porém visível, nas ações hostis e depreciativas. O perfil de vida de negros e mulatos durante esse período já era traçado antes mesmo de nascerem. Poucos foram os que conseguiram alçar socialmente e desfrutar da luxúria na sociedade moderna. Tendo em vista, as reflexões que já foram assinaladas anteriormente, realizar-se-á a conectividade e asseverações da concepção excêntrica predominante durante esse período, a partir dos romances *Recordações* e *Vida e Morte*, constatando e analisando a dimensão caótica dos negros, sem voz e vez na sociedade.

## 3. A miscigenação, alvo de representação literária e exploração introspectiva na sociedade republicana.

### 3.1 A representação do mulato na literatura do século XIX.

O negro e o mulato durante o período escravocrata e republicano sempre estiveram em busca de sua identidade histórica e socialmente negada pelo sistema político opressor, excludente e enigmático. A mão-de-obra escrava foi à base da produção agrária brasileira e a principal responsável pela formação étnica e cultural da nação brasileira, mas apesar da relevante contribuição exerceu tanto na historiografia quanto na literatura, uma posição periférica.

Na literatura nacional, a visão depreciativa pela figura negra e mulata é explícita, a começar pela configuração estática e linear do personagem moldada apenas na concepção descritiva “animalesca”, no princípio de que o negro é um ser desprovido de subjetividade e que sua única função social na sociedade restringe-se ao trabalho serviçal e subalterno. O

personagem negro, quase sempre ocupou uma função secundária nas narrativas, e poucas vezes apareceu como protagonista. Observa-se, que há uma incongruência do que é preconizado pelo discurso literário, de que a literatura pauta-se na representação e na denúncia dos problemas sociais, históricos, políticos, ideológicos, culturais, religiosos presentes na sociedade.

Durante o século XIX, o movimento romântico surgiu no Brasil vinculado à política, defendia a tese de liberdade, bem como a formação de uma nação genuinamente brasileira. Na literatura, esse desejo de consciência nativista acentuou-se significantemente e os escritores brasileiros desenvolveram características literárias peculiares ao nacionalismo romântico como: inserção na poesia e na prosa da figura idealizada do índio, do sertanejo e do caboclo, no qual o primeiro passou a ser considerado o símbolo do heroísmo brasileiro e o segundo, o símbolo do regionalismo, abordagem de temas que privilegiassem a realidade social e histórica e a criação de uma linguagem estruturada dentro dos padrões da fala brasileira. Enquanto que o negro, o pulmão da economia brasileira, e elemento constituidor da configuração brasileira, que deveria ter sido o símbolo de patriotismo e de heroísmo, fora esquecido e estigmatizado. É o que percebe-se na citação de Luiz Ruffato, extraída da obra *Questão de Pele*:

> [...] Acompanhando o processo de formação do discurso literário brasileiro, percebemos que o romantismo despreza a presença africana e sua descendência no Brasil como elementos fundadores da nação. Observamos que a ficção romântica é capaz de idealizar uma *origem mestiça* para os brasileiros, porém só a imagem indígena serviu de estofo literário para os autores da época [...] (RUFFATO: 2009, p. 22)

Uma obra literária romântica que ilustra a posição periférica assumida pelos negros na ficção brasileira é *A Escrava Isaura*, de Bernardo Guimarães. O romance narra à história de uma escrava branca, educada e que sofre as atrocidades e as justiças de um senhor chamado Leôncio. A personagem apresenta "o padrão de beleza das heroínas importadas da França" (RUFFATO: 2009 p. 12) e é interessante notar que a escrava não apresenta nenhum traço africano e a cor, enfaticamente lembrada pelo narrador, resvala o perfil preconceituoso e negligente de abordar a questão abolicionista, criando como protagonista uma escrava branca. Apesar do título do romance ser bem sugestivo e emblemático, a temática central da narrativa não é a problemática social e desumana da escravatura e sim, um relacionamento amoroso.

Impugnando-se aos ideais românticos, surge uma nova escola literária: o Realismo, que inicia-se em 1881, com a publicação do romance *Memórias Póstumas de Brás Cubas*, de

Machado de Assis. A principal característica desse movimento pauta-se na descrição e na análise da realidade.

Na obra supracitada, Machado de Assis desenvolve a imagem sofrida, submissa e animalesca do negro, alvo dos maus-tratos e da malevolência dos sinhozinhos. Brás Cubas relata as perversidades cometidas contra uma escrava na infância com orgulho e a blasfêmia criada para vislumbrar prazerosamente a punição da criada.

> "[...] um dia quebrei a cabeça de uma escrava, porque me negara uma colher do doce de coco que estava fazendo, e, não contente com o malefício, deitei um punhado de cinza ao tacho, e, não satisfeito da travessura, fui dizer à minha mãe que a escrava é que estragara o doce "por pirraça"; [...]" (ASSIS: 2001, p. 87)

Outra cena significativa do mesmo romance refere-se ao momento em que o pequeno Prudêncio é animalizado para satisfazer um desejo fútil de Brás Cubas. Observa-se, a condição degradante e humilhante do negro ao receber tal tratamento e a agrura ocasionada por tal ação impiedosa e alienada.

> [...] Prudêncio, um moleque de casa, era o meu cavalo de todos os dias; punha as mãos no chão, recebia um cordel nos queixos, à guisa de freio, eu trepava-lhe ao dorso, com uma varinha na mão, fustigava-o, dava mil voltas a um e outro lado, e ele obedecia, - algumas vezes gemendo, - mas obedecia sem dizer palavra, ou, quando muito, um – "ai, nhonhô" – ao que retorquia: - "Cala a boca, besta!" [...] (ASSIS: 2001, p. 87)

Paralelo, ao movimento literário realista, surge o Naturalismo que tem o marco inicial no mesmo período, com a publicação do romance *O Mulato*, de Aluísio Azevedo. A obra tematiza o preconceito racial, o falso moralismo, a impunição e o aspecto sexual, e apresenta como protagonista um mulato.

Raimundo é um jovem rico, bem instruído e sonha em conhecer suas origens. Após regressar da Europa retorna a terra natal para desvendar a obscura procedência e para reencontrar seu tio, Manuel Pescada. Vítima da discriminação racial, é impedido de casar-se com sua prima Ana Rosa, mas vivem um romance secreto e Ana Rosa acaba engravidando. Diante da impugnação e do receio à união matrimonial da família, Ana e Raimundo tramam uma fuga, mas são surpreendidos pelos seus inimigos. Raimundo é atingido nas costas por um tiro e morre. Ana Rosa aborta a criança e sete anos depois, casa-se com Luís Dias, o assassino de Raimundo.

Apesar, de ser a primeira obra a abordar um tema polêmico como o preconceito racial e a inserir como personagem principal um mulato, o romance apresenta dados superficiais

acerca da psicologia de Raimundo, pois é narrado em terceira pessoa. O leitor desconhece os conflitos intrapsíquicos, o sofrimento causado pelo preconceito racial, a concepção e o sentimento de Raimundo acerca da sociedade racista.

Portanto, a literatura do século XIX desenvolveu uma ficção idealizada e alienada ao sistema vigente. A começar pelas escolhas do herói nacional (índio) e regionalista (sertanejo ou caboclo) e pela inserção de personagens negros ocupando sempre um lugar secundário. Claro, com exceção da obra "O Mulato", que apresenta não só como temática principal o preconceito racial e como personagem central um homem de cor.

### 3.2 Contexto de produção das obras *Recordações do Escrivão Isaías Caminha e Vida e Morte de M. J. Gonzaga de Sá.*

Para que entenda-se o amadurecimento literário do autor Lima Barreto em relação às obras *Recordações* e *Vida e Morte* produzidas praticamente no mesmo período, mas publicadas em ocasiões distintas, é necessário esboçar o contexto de produção de ambas as obras.

A pequena revista *Floreal* fundada em fins de 1907, é criada por Lima Barreto no intuito de publicar sua própria literatura e de instigar a produção literária militante de novos escritores. A revista publica os primeiros capítulos do livro *Recordações*, e desaparece no quarto número de publicação. Com o fim da *Floreal*, o sonho do jovem escritor desvanece. Sobre essa experiência profissional dramática Francisco de Assis Barbosa, no romance biográfico intitulado *A Vida de Lima Barreto*, salienta que Lima Barreto:

> Sem a Floreal, sentia-se como um guerreiro que tivesse perdido a armadura, impotente ante os ataques do inimigo, que avançava sempre, ameaçando esmagá-lo... Perde a esperança. Falta-lhe a coragem. Até mesmo a confiança em si, no próprio talento e na sua inteligência, chega a esmorecer [...] (BARBOSA: 2002, p. 181 182)

Em meio a tantas turbulências dramáticas de cunho financeiro e psicológico, Lima Barreto tenta inutilmente publicar no Brasil seu primeiro romance *Recordações*, mas não consegue. É quando recorre a um editor de Portugal e é graças à ajuda de João Pereira Barreto, que amigavelmente escreve uma carta de apresentação ao Sr. A. M. Teixeira, e de Antônio Noronha Santos, que entrega a carta e os originais ao editor e intermedia a negociação da edição do livro, que Lima Barreto vê seu primeiro romance publicado, em 1909, após nove meses angustiantes de espera. Para que esse sonho quase utópico se tornasse

realidade, Lima Barreto teve que abrir mão dos direitos autorais, exigência imposta pelo editor português.

O objetivo de Lima Barreto, com a publicação de *Recordações* era de acordo com Francisco de Assis Barbosa (op. cit): "estrear com barulho, ser discutido, analisado, criticado, atacado, numa palavra ser notado, ser alguém! [...]" (BARBOSA: 2002, p. 186). Porém a recepção esperada não ocorreu, a imprensa manteve-se omissa diante de tal acontecimento. Alguns críticos literários, como Medeiros Albuquerque, Alcides Maia e José Veríssimo, comentaram por meio de correspondências os graves erros da escrita de Isaías Caminha, um deles foi o excesso demasiado de confessionalíssimo, de personalismo.

A decepção de estreia e as críticas do primeiro romance deixaram Lima Barreto triste e sem esperanças, mas a busca incansável pelo reconhecimento literário continuava. A iniciativa de publicar o livro *Triste Fim de Policarpo Quaresma*, partira do pressuposto de que este seria o romance que propiciaria um espaço consagrado no meio literário. É sob esta ótica otimista que Francisco de Assis Barbosa (op. cit) destaca: "[...] Este sim! Era um livro que prezava, e muito, pois fora escrito apenas com o cuidado de fazer obra de arte, sem a idéia fixa do *make money*" (BARBOSA: 2002, p. 254). A dificuldade de editar o livro no Brasil persistiu e Lima Barreto decide arcar com as despesas da edição do romance contraindo empréstimos altíssimos. Diferentemente do que ocorrera outrora, o livro lançado em fins de 1915, fora bem recebido e elogiado pela imprensa. Os elogios sucederam-se interruptamente e a obra representou na carreira do autor um divisor de águas.

Três anos mais tarde, internado no Hospital Central do Exército, para tratamento médico, Lima Barreto recebe a proposta de Monteiro Lobato para publicar o romance *Vida e Morte*. É a primeira vez que Lima Barreto realiza pelos menos duas revisões editorias do romance e recebe direitos autorais. Novamente os elogios e os aplausos são inquestionáveis e os críticos literários renomados louvam a genialidade do autor Lima Barreto.

Vale ressaltar que, tanto *Recordações*, quanto *Vida e Morte*, fluíram do mesmo estado de espírito ressentido de Lima Barreto, mas apresentando características distintas. O primeiro escrito em um tom agressivo, caricatural e autobiográfico, e o segundo em um tom mais irônico, com registros que ocorrem através de abstrações fragmentárias momentâneas. De acordo com Marcos Vinícius Scheffel (2012), o autor Lima Barreto apresenta duas facetas e duas fases de criador ficcional durante sua trajetória literária: a primeira, o do autor revoltado

e inconformado e a segunda, a do autor experiente que domina "a técnica de feição realista" e que procura o aperfeiçoamento contínuo no universo ficcional.

### 3.3 Isaías Caminha e Augusto Machado: dois personagens na contramão barrados pelo sistema democrático.

O autor Lima Barreto é um dos precursores da literatura brasileira a inserir em suas obras personagens como protagonistas de conjecturas de raça e classe social consideradas, segundo a ideologia republicana, inferior. É por intermédio de uma descrição humanizada e de uma narração minuciosa dos fatos e dos conflitos intrapsíquicos dos personagens que se tem acesso aos pensamentos, aos sentimentos amorosos, aos destinos, as injustiças sociais, as revoltas advindas do preconceito racial da população negra e pobre da República.

A obra *Recordações* narra a trajetória de um mulato interiorano em busca de prestígio social na sociedade carioca. Isaías Caminha desempenha na narrativa em primeira pessoa a função de personagem-narrador e mostra intimamente o complexo racial, os sonhos frustrados, as humilhações, os ressentimentos, as reflexões em um meio social onde vicejam a repugnância, o repúdio pela classe baixa e pelo sujeito negro. A estrutura narrativa e a escolha do protagonista mulato revela a natureza psíquica de uma vítima do preconceito racial e a descrição intimista dá veracidade aos fatos narrados, podendo ser classificada como autobiográfica, técnica inaugural na literatura brasileira.

O romance é narrado em flashback, Isaías após ter vivido a desilusão de ascensão social na sociedade republicana e depois de ter conhecido a hipocrisia do universo jornalístico que pregava a inferioridade de negros e mulatos, decide escrever um livro memorialista em que abordará os encontros e desencontros de sua trajetória. A escrita do livro faz com que Isaías reviva e relembre novamente todas as situações humilhantes e o sofrimento de outrora, e esses registros causavam-lhe angústia e indisposição.

> [...] envergonho-me por esta ou aquela passagem em que me acho, em que me dispo em frente de desconhecidos, como uma mulher pública [...] Sofro assim de tantos modos, por causa desta obra, que julgo que esse mal-estar, com que às vezes acordo, vem dela, unicamente dela [...] (*RIC*, p. 138)[6]

[6] Doravante as citações extraídas do romance *Recordações do escrivão Isaias Caminha* serão referenciados através de siglas *RIC*, seguidas da página.

O personagem Isaías Caminha é fruto de um relacionamento amoroso entre um branco e uma negra e apresenta uma formação genética legitimamente brasileira. É o mulato, imagem emblemática de identidade étnica não definida.

Na primeira infância, Isaías mostra uma percepção aguçada acerca das discrepâncias sociais e culturais presentes no seu núcleo familiar e são essas variantes que despertam em Isaías o ensejo exacerbado pelo conhecimento. "A tristeza, a compreensão e a desigualdade de nível mental do meu meio familiar, agiram sobre mim de um modo curioso: deram-me anseios de inteligência [...]" (*RIC*, p. 67)

A analogia traçada por Isaías sob o prisma etnocêntrico entre a figura paterna e a figura materna baseava-se um único quesito, no letramento. Ele tinha a plena convicção de que o conhecimento concedia ao homem a felicidade, o respeito e o poder aquisitivo, pois vislumbrava todas essas potencialidades no pai branco.

> Pareceu-me então que aquela sua faculdade de explicar tudo, aquele seu desembaraço de linguagem, a sua capacidade de ler línguas diversas e compreendê-las constituíam não só uma razão de ser de felicidade, de abundância e riqueza, mas também um título para o superior respeito dos homens e para a superior consideração de toda a gente (*RIC*, p. 67-68).

Enquanto que, o olhar lançado à imagem materna é provido de piedade, de vergonha pela ausência de instrução primária que limita o campo de atuação de sua mãe ao âmbito familiar. "[...] Se minha mãe me aparecia triste e humilde – pensava eu naquele tempo – era porque não sabia, como meu pai, dizer os nomes das estrelas do céu e explicar a natureza da chuva [...]" (*RIC*, p. 68)

A mãe de Isaías representa a identidade negra que corroborou significativamente para a formação brasileira e o pai branco representa a sociedade elitista. Além da sobreposição, de raça e de cultura, vale enfatizar, que a submissão feminina ao esposo intensifica a hierarquia que há entre o homem e mulher.

Nota-se que a formação ideológica de Isaías Caminha acerca de superioridade de raça é mascarada pelo deslumbramento extremo pela cultura letrada do pai. É evidente que a inserção de Isaías no sistema educacional do universo branco deixa nítido a supremacia da educação branca, e o receio de Caminha pelas raízes obscuras de seu nascimento.

Na infância e na adolescência, Isaías não se reconhece enquanto mulato na sociedade, pois recebe uma instrução privilegiada e o contato direto com esse universo sem privações faz

com que Isaías esqueça-se de sua origem racial e desenvolva uma afeição demasiada pelos estudos, sonhos e características concernentes à elite branca:

> Ouvia uma tentadora sibila falar-me, a toda hora e a todo instante, na minha glória futura. Agia desordenadamente e sentia a incoerência dos meus atos, mas esperava que o preenchimento final do meu destino me explicasse cabalmente. Veio-me a *pose*, a necessidade de ser diferente [...] (*RIC*, p. 68)

Isaías acredita veementemente que o seu talento ilustre e inestimável pelos estudos propiciará o título de doutor, o respeito, o reconhecimento e a quebra de paradigma de que um mulato não podia alçar socialmente na sociedade. O sonho de uma vida bem-sucedida caracteriza o individualismo de Isaías. "Ah! Seria doutor! Resgataria o pecado original do meu nascimento humilde, amaciaria o suplício premente, cruciante e onímodo de minha cor [...]" "Ah! Doutor! Doutor! [...] Era mágico o título, tinha poderes e alcances múltiplos, vários, polifórmicos [...]" (*RIC*, p. 75)

O "eu" de Isaías, guiado pelas influências paterna e materna, apresenta durante sua trajetória alguns conflitos introspectivos provindos de sua identidade étnica intermediária. A imagem paterna reflete a convicção, o sonho, a idealização de que as conquistas e os anseios serão concretizados através da viagem ao Rio de Janeiro. "[...] Todas as manhãs, ao acorda-me, ainda com o espírito acariciado pelos nevoentos sonhos de bom agouro, a sibila me dizia ao ouvido: "Vai, Isaías! Vai!... Isto aqui não te basta... Vai para o Rio!" " (*RIC*, p. 69).

A imagem materna remete à realidade, à análise e aos questionamentos de seu próprio destino que correspondia aos destinos de inúmeros negros que, relegados à própria sorte após a Abolição da Escravatura, ficaram a mercê da sociedade: "Que faria lá, só a contar com as minhas próprias forças? Nada... Havia de ser como uma palha no redemoinho da vida - levado daqui, tocado para ali, afinal engolido no sorvedouro... ladrão... bêbado... tísico e quem sabe mais?..." (*RIC*, p. 69).

É significativa a transição de período de tempo na narrativa. A manhã, símbolo de claridade, de princípio representa a autoconfiança, a convicção e a autonomia de Isaías de decidir seu futuro, em contraposição à tarde, que simboliza a sombra, o fim refletindo o estado de indecisão, de reflexão. "De manhã, a minha resolução era quase inabalável, mas, já à tarde, eu me acobardava diante dos perigos que antevia" (*RIC*, p. 69).

A mãe do pequeno Isaías desprovida, do conhecimento das letras, é uma expectadora da vida, sabe exatamente da condição racial do filho e dos preconceitos que ele iria enfrentar durante a busca pela realização profissional e pessoal, mas manteve-se calada para não

destruir o sonho do filho. "- Vai meu filho – disse-me ela afinal! – Adeus!... E não te mostres muito, porque nós ..." (*RIC*, p. 78)

A educação privilegiada recebida por Isaías sempre esteve restrita ao desenvolvimento da capacidade cognitiva e da preparação para os desafios hierárquicos do ingresso no curso superior, mas nunca psicologicamente para os desafios da vida. Esse despreparo é visível na passagem em que Isaías sofre a primeira discriminação racial na estação de trem, e ao se deparar com essa situação indiferente, fora do seu contexto social, fica perplexo e atordoado diante do tratamento grotesco do caixeiro. No primeiro momento, sente o choque, a indignação, a raiva e após a recuperação de sua lucidez, tenta compreender a natureza de tanta indiferença.

> O trem parara e eu abstinha-me de saltar. Uma vez, porém, o fiz; não sei mesmo em que estação. Tive fome e dirigi-me ao pequeno balcão onde havia café e bolos. Encontravam-se lá muitos passageiros. Servi-me e dei uma pequena nota a pagar. Como se demorassem em trazer-me o troco reclamei: "Oh!", fez o caixeiro indignado e em tom desabrido. "Que pressa tem você?! Aqui não se rouba, fique sabendo?" Ao mesmo tempo ao meu lado, um rapazola alourado reclamava o dele, que lhe foi prazenteiramente entregue. O contraste feriu-me, e com os olhares que os presentes me lançara, mais cresceu a minha indignação. Curti durante segundos uma raiva muda, e por pouco ela não rebentou em pranto. Trôpego e tonto, embarquei e tentei decifrar a razão da diferença dos dois tratamentos [...] (*RIC*, p. 79-80)

A visão idealística e utópica da cidade do Rio de Janeiro paulatinamente vai se desvanecendo à medida que Isaías vivencia os problemas sociais e culturais da cidade. O contato direto com a realidade gera o impacto de frustação e de solidão, pois Isaías sente-se só e sem o apoio e a proteção da família.[7]

> Foram de imensa angústia esses meus primeiros dias no Rio de Janeiro. Eu era como uma árvore cuja raiz não encontra mais terra em que se apoie e donde tire vida; era como um molusco que perdeu a concha protetora e que se vê a toda a hora esmagado pela menor pressão (*RIC*, p. 107).

Ao ser acusado injustamente de furto no hotel Jenikalé, Isaías é intimado a comparecer à delegacia para prestar depoimento e esclarecimento a respeito do ato ilícito. É nesse ambiente opressor, e contrastante com a índole honesta de Isaías, que é insultado por uma autoridade policial através da vociferação da expressão "mulatinho". "– [...] Raposo, vou sair:

[8]A alma de Isaías era *raiz sem terra, molusco sem concha*: metáforas tomadas a seres vivos aos quais se arrancou a proteção natural. Na breve notícia que precede o romance, a imagem é extraída do mundo da máquina, mas traz na sua semântica figural a mesma ameaça de extinção do sujeito por falta de sustento externo: *caldeira sem vapor*. (BARRETO: 2010, p. 22)

há alguma coisa? – Nada, capitão Viveiros. – E o caso do Jenikalé? Já apareceu o tal "mulatinho"? " (*RIC*, p. 127).

Ao ouvir tal injúria, Isaías se depara com uma situação reveladora e trivial a respeito da tão recôndita definição racial. A princípio, o tratamento pejorativo do capitão Viveiros fere a susceptibilidade de Isaías e provoca-lhe a indignação, a ânsia de choro, e após, o reconhecimento de sua inaptidão para encarar tal conjuntura tão humilhante devido à convivência em um ambiente harmonioso, respeitoso e da autoimagem formada sobre si mesmo.

> Não tenho pejo em confessar hoje quando me ouvi tratado assim, as lágrimas me vieram aos olhos. Eu saíra do colégio, vivera sempre num ambiente artificial de consideração, de respeito, de atenções comigo; a minha sensibilidade, portanto, estava cultivada e tinha uma delicadeza extrema que se juntava ao meu orgulho de inteligente e estudioso, para me dar não sei que exaltada representação de mim mesmo, espécie de homem diferente do que era na realidade, entre superior e digno a quem um epíteto daqueles feria como uma bofetada (*RIC*, p. 127-128).

A perplexidade de Isaías acentua-se desproporcionalmente pela conduta inadimplente de um funcionário público. Isaías, conhecedor de seus direitos, observa a irregularidade, a nulidade das leis brasileiras impostas pelo novo sistema político de que "todos são iguais perante a lei". "[...] O que mais me feriu, foi que ele partisse de um funcionário, de um representante do governo, da administração que devia ter tão perfeitamente, como eu, a consciência jurídica dos meus direitos ao Brasil e como tal merecia dele um tratamento respeitoso" (*RIC*, p.128).

A situação financeira de Isaías era precária e mísera, as economias estavam acabando e ele precisava urgentemente de um trabalho para manter-se na cidade arrivista. Em certa ocasião, lendo no jornal os anúncios de "precisa-se", ele encontrou uma vaga de entregador de pão que, segundo sua concepção, era aceitável. Prevendo a vaga do emprego, Isaías planeja antecipadamente o tempo que ficaria o novo trabalho e o destino do dinheiro, mas a decepção era inevitável. A cor que herdara de sua mãe era o fator determinante para a recusa e o fracasso imediato.

> – Foi o senhor que anunciou um rapaz para [...]
> – Foi; o senhor? – respondeu-me logo sem me dar tempo de acabar.
> – Sou, pois não.
> O gordo proprietário esteve um instante a considerar, agitou os pequenos olhos perdidos no grande rosto, examinou-me convencionalmente e disse por fim, voltando-me as costas com mau humor:
> – Não me serve.
> – Por quê? – atrevi-me eu.

> – Porque não me serve.
> [...] Sendo obrigado a trabalhar, o trabalho era-me recusado em nome de sentimentos injustificáveis. Facilmente generalizei e convenci-me de que esse seria o proceder geral [...] (*RIC*, p.143-144)

Paulatinamente, após de inúmeras situações enigmáticas e de tentativas malsucedidas, Isaías começa a depender do acaso e da boa ação das pessoas. Até o emprego de contínuo no jornal *O Globo* foi fruto de um gesto piedoso e caridoso de Gregorióvitch Rostóloff, que depois de ouvir as lamúrias de Isaías enternece-se do pobre jovem. Isaías começa a vislumbrar sua questão racial e a aceitar sua condição enquanto mulato: "Depois de acovardado, tornei-me superior e enervado e não tentei mais mudar de situação, julgando que não havia no Rio de Janeiro lugar mais digno para o genial aluno de dona Ester que o de contínuo numa redação sagrada [...]" (*RIC*, p.197)

O conceito formado pelas pessoas da condição do negro ou do mulato na sociedade é de entes marginalizados, sem estrutura familiar, sujeitos à criminalidade, à miséria, ou seja, que todos descendentes, ou oriundos da miscigenação, estariam predestinados ao destino de deploração, restrição e hostilidade.

> Percebi que o espantava muito o dizer-lhe que tivera mãe, que nascera num ambiente familiar e que me educara. Isso, para ele, era extraordinário... Para ele, como para toda a gente mais ou menos letrada do Brasil, os homens e as mulheres do meu nascimento são todos iguais, mais iguais ainda que os cães de suas chácaras [...] (*RIC*, p.288-289)

Percebe-se que as reminiscências da imagem materna de degradação social realçam o estado de Isaías de conformismo diante dos sonhos frustrados e de comodismo com o cargo de repórter do jornal *O Globo*: "Lembrava-me da vida de minha mãe, da sua miséria, da sua pobreza, naquela casa tosca; e parecia-me também condenado a acabar assim e todos nós condenados a nunca a ultrapassar" (*RIC*, p.301).

Contrapondo-se ao romance *Recordações*, em que o cerne da narrativa é a trajetória fracassada de um mulato intelectual que deseja afluir socialmente na sociedade republicana, a obra *Vida e Morte*, retoma secundariamente a temática do preconceito racial através do narrador-personagem Augusto Machado, que relata, com base em sua experiência pessoal, a história de Aleixo Manuel acerca da condição de vida marginal que um mulato está predestinado.

No romance *Vida e Morte*, Augusto Machado é um mulato de 20 anos e sonha em ser diretor. Conhece Gonzaga de Sá por acaso na Secretaria dos Cultos, quando fora incumbido

pelo seu diretor de buscar informações que sanassem as dúvidas do cardeal em relação à nacionalidade do Bispo Tocantins, e de quantas salvas ele deveria receber. A partir de então, uma forte amizade fora desencadeada entre Augusto Machado e Gonzaga de Sá. É por intermédio dessa amizade que Augusto Machado tem acesso às confissões amorosas, ao núcleo familiar, ao conflito psicológico de Gonzaga de Sá, a história de Romualdo e de Aleixo Manuel. Romualdo

Augusto Machado é um jovem que sofreu desde a infância preconceito racial e essa experiência dramática proporcionou-lhe um amadurecimento conceptivo incomum para sua idade. O caráter digno que apresenta impediu-lhe que bajulasse os companheiros de grande prestígio social, e por esse motivo, passou a menosprezar o poder aquisitivo, a influência que exerciam no meio social e a vê-los sobre um único prisma, de pessoas vazias de sentimento, de sensibilidade e de respeito pelo outro de cor. "Diante da serra dos Órgãos, cujo grandioso anseio de viver em Deus fui sentindo desde menino, aprendi a desprezar as fofas coisas da gente de consideração e a não ver senão a grandeza de suas inabaláveis agulhas que esmagam a todos nós" (*VM*, p. 22)[8]

Assim como Isaías Caminha, Augusto Machado recebeu uma instrução privilegiada da cultura letrada, mas os sonhos de ascensão social foram esmagados pelas mãos opressoras do regime republicano: "Quis viver muito, tive ímpetos e desejos, nas suas manhãs claras de maio, mas o sol causticante do seu verão ensinou-me [...] a sofrer com resignação e a me curvar aos ditames das coisas, sempre boas, e dos homens, às vezes maus" (*VM*, p. 22).

A formação étnica de Augusto Machado ressalta a origem miscigenada e auto afirma a condição de mulato do jovem. Os traços hereditários herdados de seu nascimento, e as circunstâncias de sua vida se equilibram, pois ambas estão embutidas uma na outra, ou seja, a questão racial e as privações impostas pela sociedade republicana à população mulata eram consequências do ato ilícito do entrecruzamento de duas raças e dos direitos nulos outorgados pela República. Fruto do sofrimento e das dores da sociedade escravocrata, relembra sua história de vida e da cidade do Rio de Janeiro e detecta que ambas tiveram a mesma origem, só que a cidade modernizou-se com o tempo, já o pensamento depreciativo, tanto do governo quanto da sociedade branca, acentuou-se significativamente.

[8] Doravante as citações extraídas do romance *Vida e Morte de M. J. Gonzaga de Sá* serão referenciados através de siglas *VM*, seguidas da página.

> E assim fui sentindo com orgulho que as condições de meu nascimento e o movimento de minha vida se harmonizavam – umas supunham o outro que se continha nelas; e também foi com orgulho que verifiquei nada ter perdido das aquisições de meus avôs, desde que se desprenderam de Portugal e da África... Por isso, já me apóio nas coisas que me cercam familiarmente, e a paisagem que me rodeia, não me é mais inédita: conta-me a história comum da cidade e a longa elegia das dores que ela presenciou nos segmentos de vida que precederam e deram origem à minha (*VM*, p. 22).

Augusto Machado ao ver um grupo de ingleses com ramos de arbustos nas mãos indigna-se e sente por alguns segundos uma latente aversão pelos turistas. Ao lembrar-se dos autores que contribuíram expressivamente para o seu autoconhecimento, curva a cabeça humilhado, como símbolo de reverência e de reconhecimento que a cultura do outro é superior a sua.

> Houve em mim, por essa ocasião um indizível reconhecimento [...] Olhei com veneração aquela parva gente, em homenagem aos de seu sangue que me educaram e me fizeram saber que eu, burro ou genial, sábio ou néscio, influo poderosamente no mecanismo da vida e do mundo.
> Humilhado, abaixei a cabeça (*VM*, p. 23).

Ao ser convidado para jantar na residência de seu amigo Gonzaga de Sá, Augusto Machado vislumbra pela janela uma palmeira. E contempla a formosura da árvore e traça algumas adversidades fenomenais que esta sofreu até se estabilizar e se fixar no solo. Trata-se de uma colocação analógica se comparamos a ambiência de discriminação, de instabilidade financeira na qual Augusto fora criado, de direitos e de sonhos revogados, essas condições tanto sociais quanto civis compõem a gama de subsídios que preparam Machado para suportar as adversidades da vida e para lutar cientemente pelo seu espaço na sociedade.

> Olhei ainda uma vez a altiva elegância da árvore. Lá, muito no alto, pairando sobre toda a cidade, e a beijar as nuvens radiantes. Há mais de vinte anos sofria a violência inconstante dos ventos; há mais de vinte anos escapava à raiva traiçoeira do raio; há mais de vinte anos suportava o rugido inofensivo do trovão [...] Todas essas negações, e as outras vindas da terra dura, granítica e pobre, fizeram-na maior, mais airosa, deram-lhe mais orgulho e atiraram-na nos ares altos. Hoje plana sobre tudo, sobre a cidade, sobre a ingratidão do granito e olhará compassiva e desdenhosa as pobres e cuidadas árvores que enfeitam as ruas [...] (*VM*, p.55).

No velório de Romualdo, compadre de Gonzaga de Sá, Augusto observa uma senhora negra que chora incansavelmente à morte do genro. As formulações de hipóteses para tal comportamento vão surgindo à medida que analisa o destino de uma mulher de cor na sociedade. Segundo Augusto, cada lágrima derramada representa o gesto de agradecimento ao

bondoso homem que concedeu a sua filha uma vida digna e que a livrou dos maus tratos e dos males da sociedade.

> [...] A gratidão devia ser grande. Aquele homem agora morto lhe dera as mais gratas satisfações de sua vida humilde. Casara com a filha, apoiara com seu prestígio de homem a sua fraqueza de condição de menina, arrebatara-a ao ambiente que cerca as raparigas de cor, dignificara-a, ela, a quem quase todo o conjunto da sociedade, sem executar os seus iguais, admitem que o seu destino natural é a prostituição e a mancebia [...] (*VM*, p. 73).

O olhar humanizado sobre o outro revela o drama pessoal e a visão una de Augusto Machado a respeito do destino do mulato ilustrado que está fadado ao fracasso. A inclusão em um meio promissor falseia a realidade e omite o verdadeiro tratamento concedido ao homem de cor na sociedade brasileira. O contato direto com o meio social estilhaça os sonhos, a esperança de ascensão social e mostra a ideologia unívoca que rege a humanidade pautada no preconceito de cor e classe social:

> Do outro lado, lá estava o neto [...] Que seria dele por aí, pela vida? Sob ascendência do padrinho, estudaria muito, aplicar-se-ia aos livros. Durante anos no ambiente falso dos colégios e escolas, a sua situação na vida não se lhe representaria perfeitamente. Viriam os anos e a ânsia que o estudo dá; viria o mundo social, com a sua trama de conceitos e preconceitos, justos e injustos, bons e maus – trama unida e espinhenta, contra a qual a sua alma se iria chocar [...] (*VM*, p. 74).

Segundo o relato do drama pessoal de Augusto Machado, Aleixo Manuel, mulato e afilhado de Gonzaga de Sá estaria predestinado ao desprezo, ao sofrimento e as humilhações recorrentes que cerca um ente de cor. Nem a requintada educação recebida o pouparia de enfrentar o clima hostil corriqueiro, e muito menos concederia-lhe o reconhecimento e o respeito, pois na concepção das pessoas o mulato é uma tábula rasa, desprovido de saber.

> [...] Era sempre, nos cafés, nas ruas, nos teatros, andando vinte metros na frente um batedor que avisara da sua presença e fazia que se preparassem as malícias, os olhares vesgos ou idiotas... Coitado! Nem o estudo lhe valeria, nem os livros, nem o valor, porque, quando o olhassem, diriam lá para os infalíveis: aquilo lá pode saber nada! (*VM*, p. 74).

Dona Escolástica, irmã de Gonzaga de Sá, em um diálogo com Augusto Machado deixa claro que a afeição de Aleixo Manuel pelos estudos é algo inquestionável, mas que essa sede pelo saber é temporária. Augusto indigna-se com a afirmativa e indaga se a apatia pelos estudos provém de fatores internos ou externos. Se não é o conhecimento da realidade que gera a frustração, a desilusão, a desesperança, a sensação de impotência diante de um futuro degradante e martirizante:

> – É inteligente o rapaz – disse eu à velha senhora.
> – Bastante. Que desejo de saber tem este pequeno! O senhor nem imagina! Brinca é verdade; mas, à noitinha, agarra os livros, os deveres e os vai estudando, sem que ninguém o obrigue. Quem me dera que fosse assim até ao fim!
> – Por que não irá?
> – Ora! Há tantos que como ele começam tão bem e...
> – É verdade! Mas virá deles mesmos a perda da vontade, o enfraquecimento do amor, da dedicação aos estudos, ou tem tal fato raízes em motivos externos, estranhos a eles que, só numa idade mais avançada, acabam percebendo, quando a consciência lhes revela o justo ou injusto, fazendo que se lhes enfraqueça deploravelmente o ímpeto inicial? (*VM*, p.100).

Diante da difícil missão de educar o afilhado Aleixo Manuel, Gonzaga de Sá apresenta uma profunda inquietação, pois deseja proporcionar ao menino o conhecimento de mundo e das letras: "Depois da morte do compadre, a sua constante preocupação era o afilhado [...] Uma vez dizia: preciso levá-lo ao museu; outro: talvez fosse bom pô-lo de interno, para ganhar convivência, desembaraço, hábitos de sociabilidade" (*VM*, p.101).

Em suma, os romances supracitados esboçam o drama racial e social do mulato no período republicano. Na obra *Recordações*, o narrador de primeira pessoa relata rancorosamente a sua experiência vivida enquanto que, em *Vida e Morte*, o narrador-personagem desvia o foco do eixo central e espelha-se em uma história secundária para narrar o sofrimento vivido de uma forma serena e crítica.

## Considerações Finais

Este trabalho consistiu em uma análise da representação do personagem mulato na ficção barretiana nas obras *Recordações do Escrivão Isaías Caminha* e *Vida e Morte de M. J. Gonzaga de Sá*, sob a ótica literária sociológica e de teses de críticos que frisam a relevância do fator histórico e social na literatura de Lima Barreto. Durante a abordagem, constatou-se que o autor Lima Barreto apresenta um olhar complacente pelas camadas populares, principalmente pela população negra e mulata. Manifesta estima pelo homem de cor que fora vítima de um sistema preconceituoso, opressor e excludente e reconhece-se enquanto homem sofredor, pois compartilhou e sofreu as mesmas limitações, discriminações de cunho social e racial, que tanto causaram-lhe revolta e marginalidade.

O autor fluminense, através de sua literatura militante e do engajamento exacerbado, participou das causas sociais e políticas, não ativamente, mas passivamente por meio de denúncias em suas criações ficcionais.

As obras *Recordações* e *Vida e Morte* apresentam o contexto histórico da primeira república no qual o negro e o mulato foram submetidos a viver em uma situação degradante e tiveram seus direitos tolhidos pela instauração da democracia racial elitista. Nessas obras, Lima Barreto critica as injustiças sociais, o pensamento depreciativo dos setores médios da sociedade pelos mulatos, a alienação social e política, os obstáculos de ascensão social impostos aos mulatos pobres pelo regime que se intitulava democrático e igualitário.

As tematizações presentes nas duas obras não se restringem somente aquele período histórico, ao contrário, são temáticas que ainda perduram na sociedade, apesar do processo evolucional ideológico, o preconceito racial e social ainda impera na contemporaneidade por intermédio das injustiças e desigualdades sociais.

Dessa forma, ao examinar as obras em questão, procurou-se compreender se os fatores externos contribuíram para o complexo racial desenvolvido por Isaías Caminha e Augusto Machado, e concluiu-se que sim, pois a ideologia predominante durante esse período barrou os sonhos de prestígio social de ambos os personagens. E é interessante notar, que havia algumas estratégias criadas pelo governo para os mulatos se infiltrarem na sociedade branca e, assim, ascender socialmente, porém ambos permanecem ainda que resignadamente na sua realidade social e rejeitam o ato de compaixão governamental, deixando nítido a repugnância ao sistema vigente pela incongruência do que era preconizado na fala oficial e do que era efetivado na prática social.

## Referências Bibliográficas

ASSIS, Machado. **Memórias Póstumas de Brás Cubas;** apresentação e notas Antônio Medina Rodrigues; ilustração Dirceu Marins. São Paulo: Ateliê Editorial, 2001.

AZEVEDO, Aluísio. **O Mulato.** Série Bom Livro. 20 ed. São Paulo: Editora Ática, 2002.

BARBOSA, Francisco de Assis. **A vida de Lima Barreto.** Notas de revisão de Beatriz Resende. 8. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2002.

BARRETO, Lima. **Coisas do Reino do Jambon- Sátira e Folclore.** 2. ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1961.

BARRETO, Lima. **Impressões de Leitura. (Crítica).** 2. ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1961.

BARRETO, Lima. **Recordações do Escrivão Isaías Caminha**; introdução de Alfredo Bosi; prefácio de Francisco Assis Barbosa; notas de Isabel Lustosa. São Paulo: Penguin Classics Companhia das Letras, 2010.

BARRETO, Lima. **Vida e Morte de M. J. Gonzaga de Sá.** Série Bom Livro. São Paulo: Editora Ática, 1997.

BILAC, Olavo. **Coleção melhores crônicas***;* seleção e prefácio Ubiratan Machado; direção Edla Van Steen. São Paulo: Global, 2005.

CANDIDO, Antonio. **A Educação pela Noite & Outros Ensaios.** São Paulo: Editora Ática, 1989.

CANDIDO, Antonio. **Literatura e sociedade.** 9 ed. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2006.

CARVALHO, José Murilo de. **Os bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi.** São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

CHIAVENATO, Júlio José. **O negro no Brasil**. São Paulo: Cortez Editora, 2012.

MAGNOLI, Demétrio. **Uma gota de sangue: história do pensamento racial.** São Paulo: Contexto, 2009.

MUNANGA, Kabengele. **Negritude: Usos e sentidos.** 2 ed. Editora Ática, São Paulo, 1988.

_____. **Rediscutindo a mestiçagem no Brasil:** identidade nacional versus identidade negra. Petrópolis: Vozes, 1999.

QUESTÃO DE PELE; prefácio, seleção e organização de Luiz Ruffato. Rio de Janeiro: Língua Geral, 2009.

SCHEFFEL, Marcos Vinícius. **Estações de passagem da ficção de Lima Barreto.** Prefácio de Antonio Arnoni Prado. São Paulo: Annablume; Manaus: Fapeam, 2012.

SEVCENKO, Nicolau. **Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República.** São Paulo: Brasiliense, 1999.

TAGUIEFF**,** Pierre André. **In Debate Feminista**. Año 12, vol. 24. Octubre. 2001. 3 artigos: El racismo, Reflexiones en torno Del racismo y el regreso Del racismo.

www. arquivos/Mulato – wikipediaaenciclopedialivre.htm.